

Aracruz, 30 de Junho de 2017.

MENSAGEM Nº 028/2017  
SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES

Apresento-lhes, em anexo, o Projeto de Lei Ordinária que visa instituir, no âmbito do Município, o Programa Adote uma Lixeira, destinado a parcerias entre o ente público e as pessoas físicas ou jurídicas interessadas em instalar e manter lixeiras nos logradouros públicos, com direito a publicidade.

Ao tratar do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a Constituição Federal e a Estadual impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

A CF/88, portanto, não relega o dever de preservação do meio ambiente apenas à Administração Pública, mas, também, à coletividade, que deverá adotar/acatar as medidas voltadas ao cumprimento do referido mandamento constitucional.

Nessa esteira, a Lei Federal nº. 12.305/10, ao instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispôs sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos e às responsabilidades dos geradores e do Poder Público, no intuito, dentre outros, de que: **(I)** se observem padrões sustentáveis de produção e consumo, de forma a atender as necessidades das atuais gerações, sem comprometer a qualidade ambiental e as gerações futuras (desenvolvimento sustentável); **(II)** a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólido.

O referido diploma legal é expresso ao dispor sobre a necessidade de gestão integrada/compartilhada dos resíduos sólidos, fixando-se responsabilidades, tanto para o Poder Público, quanto para o efetivo gerador de passivo ambiental, pessoa física ou jurídica.

Em certos casos, a referida Legislação Federal impõe ao próprio particular a exclusiva responsabilidade de adotar todas as medidas voltadas à coleta/disposição final dos resíduos/rejeitos gerados em razão da atividade exercida e do volume de resíduos gerados.

Seguindo na esteira do artigo 225, da Constituição Federal, que estabelece ser dever de todos proteger o meio ambiente, passou-se a elencar e a distribuir responsabilidades pela gestão, destinação e/ou coleta dos resíduos sólidos, conforme participação em sua cadeia da geração.

Dentre os objetivos do programa se encontram, em suma: **(I)** a preservação da limpeza; **(II)** o bom estado de conservação das áreas de lazer e logradouros públicos em geral; **(III)** o aumento do número de lixeiras na cidade; **(IV)** o incentivo à reciclagem e à melhoria da limpeza pública municipal; **(V)** a redução das despesas do município com a instalação e manutenção das lixeiras públicas, via parceria a ser firmada com as pessoas físicas e jurídicas interessadas; **(VI)** o estímulo à parceria público-privada; **(VII)** a conscientização da população sobre a importância do processamento regular do lixo, desde seu acondicionamento, propiciando maior higiene e saúde e, conseqüentemente, maior dignidade à pessoa humana; **(VIII)** a gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

Portanto, a proposta de alteração legislativa visa adequar a legislação municipal às novas diretrizes ambientais e sanitárias, a redução de custos à Municipalidade e a maior conscientização dos geradores, o que, obviamente, resulta em benefícios à população.

Dito isso, sabedor da responsabilidade, conhecimento e eficiência com que atua essa Câmara de Vereadores, submeto-lhes o Projeto de Lei em anexo, pugnando por apreciação e aprovação, **em regime de urgência**, considerando os benefícios de interesse público que o mesmo promoverá, possibilitando as ações indispensáveis ao eficiente funcionamento da máquina administrativa.

Ao ensejo, renovo a Vossas Excelências meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JONES CAVAGLIERI  
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 028, DE 30/06/2017.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, O PROGRAMA ADOTE UMA LIXEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica instituído o programa Adote uma Lixeira, através do qual o Município poderá estabelecer parcerias com pessoas físicas ou jurídicas interessadas em instalar e manter lixeiras nos logradouros públicos, com direito à publicidade.

**Art. 2º** São objetivos do programa referido no artigo 1º, da presente Lei:

- I** - a preservação da limpeza;
- II** - o bom estado de conservação das áreas de lazer e logradouros públicos em geral;
- III** - o aumento do número de lixeiras na cidade;
- IV** - o incentivo à reciclagem e à melhoria da limpeza pública municipal;
- V** - a redução das despesas do município com a instalação e manutenção das lixeiras públicas, via parceria a ser firmada com as pessoas físicas e jurídicas interessadas;
- VI** - o estímulo à parceria público-privada;
- VII** - a conscientização da população sobre a importância do processamento regular do lixo, desde seu acondicionamento, propiciando maior higiene e saúde e, conseqüentemente, maior dignidade à pessoa humana;
- VIII** - a gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

**Art. 3º** As lixeiras a serem instaladas e mantidas obedecerão às seguintes condições:

- I** - estar em conformidade com a legislação municipal, especialmente aquela relativa ao uso do solo urbano, posturas e gestão de resíduos sólidos;
- II** - localizar-se em locais desimpedidos ao acesso da equipe de limpeza urbana para a coleta regular;
- III** - estar de acordo com as especificações técnicas, de forma a impedir o vazamento de resíduos e o comprometimento das condições de salubridade e bem-estar da comunidade local;
- IV** - não comprometer a livre circulação de pessoas e veículos;
- V** - conter a inscrição Adotei esta Lixeira, com o número da presente Lei;
- VI** - estar instalada defronte ao terreno do participante, preferencialmente nas esquinas, respeitando-se a distância mínima de 50m (cinquenta metros) entre uma lixeira e outra no mesmo terreno.

**§1º** É proibido colar papéis ou cartazes nas lixeiras, salvo a veiculação de propaganda do próprio participante, desde que previamente autorizada pelo Município.

**§2º** Fica vedado, em qualquer caso, a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou publicidade de marcas de cigarro, bebidas, que atentem ao pudor, que apresentem sigla de partidos políticos, seitas religiosas e nomes de detentores de cargos eletivos ou de candidatos.

**Art. 4º** Poderá ser afixada nas lixeiras, participantes do programa, adesivos contendo o nome e a logomarca do participante, responsável pela instalação e manutenção da lixeira.

**Art. 5º** Não se submeterá ao adimplemento de taxa de licença para exploração de meios de publicidade em geral, definida no artigo 181 e seguintes, do Código Tributário municipal, Lei Municipal nº. 2.521, de 19 de dezembro de 2002, a publicidade e propaganda firmada nas lixeiras submetidas ao programa Adote uma Lixeira.

**Art. 6º** Os custos relativos à instalação e à manutenção das lixeiras são de inteira responsabilidade das pessoas físicas ou jurídicas participantes do programa, sem o repasse de qualquer quantia por parte do Município.

**Art. 7º** O resíduo depositado nas respectivas lixeiras será recolhido pelo órgão competente do Poder Público Municipal ou por quem devidamente autorizado, em conformidade com legislação municipal em vigor correlata à matéria.

**Art. 8º** O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, mediante Decreto Municipal, regulamentar o disposto nesta Lei.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 30 de Junho de 2017.

JONES CAVAGLIERI  
Prefeito Municipal